



RESOLUÇÃO SESA Nº 494/2014

(Publicada no Diário Oficial nº 9239, de 03/07/14)

Autoriza o repasse do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, destinados ao Incentivo Financeiro de Investimento para Construção/ Ampliação de Unidade da Saúde da Família, no âmbito do Programa de Qualificação da Atenção Primária em Saúde – APSUS, para o ano de 2014.

O SECRETARIO DE ESTADO DA SAUDE, no uso da atribuição que lhe confere o art 45, XIV da Lei 8.485 de 08.06.1987 e,

- considerando a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro;
- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática, em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;
- considerando a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentada pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, cujo art. 49 prevê que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde “poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congêneres”;
- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de “captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde”, cuja gestão compete ao Secretario de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;
- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: “À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde”, em seu Item III – “compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde”; e,
- considerando a autorização do Senhor Governador do Estado do Paraná, com fulcro no Art. 20, caput, da Lei Complementar Federal 141/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar, o repasse financeiro no **valor total de R\$ 6.050.000,00 (seis milhões e cinquenta mil reais)**, do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, habilitados por meio das Resoluções nº 469/2014 e 471/2014 e 476/2014, de forma regular e automática, na modalidade fundo a fundo. O Incentivo corresponde ao Investimento para construção e/ou ampliação de Unidade da Saúde da Família, no âmbito do Programa de Qualificação da Atenção Primária em Saúde – APSUS, para o ano de 2014.



Art. 2º - Fica definido que os municípios pós-habilitados por meio de Resolução passam a receber o incentivo de custeio, conforme estabelecido no Termo de Adesão que cada município aderiu, conforme detalhado no Anexo I.

Art. 3º - A utilização dos recursos financeiros deverá atender as exigências legais concernentes à licitação a que estão sujeitas todas as despesas da Administração Pública.

Parágrafo Único. A documentação administrativa e fiscal deverá ser mantida em arquivo pelo período mínimo legal exigido.

Art. 4º - Os recursos transferidos serão movimentados sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo.

Art. 5º - A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será analisada com base no relatório de gestão: os Municípios deverão comprovar a observância do envio do Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 6º - Poderá a qualquer momento a Secretaria de Estado da Saúde por meio do Controle Interno, em parceria com o Fundo Estadual de Saúde, Gestor dos recursos financeiros destinados a ações e serviços públicos de saúde, fazer a verificação “in loco”.

Caso haja comprovado quaisquer irregularidades, estará o responsável sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992 – Agentes Públicos Improbidade Administrativa.

Art. 7º - As transferências de que trata esta Resolução serão suspensas aos municípios habilitados quando:

- I. Constatado durante a vigência do programa, o descumprimento do disposto no parágrafo terceiro do Decreto Estadual nº 7.986/2013;
- II. Ocorrer qualquer desvio de finalidade ao programa.

Art. 8º - Os recursos orçamentários objeto desta Resolução correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, devendo onerar os seguintes Programas: Saúde para todo o Paraná.

- I. Ação: Transferência Fundo a Fundo a Municípios – Investimento para construção e/ou ampliação de Unidade da Saúde da Família, no âmbito do Programa de Qualificação da Atenção Primária em Saúde – APSUS.
- II. Iniciativa: 4162 – Mãe Paranaense.
- III. Elemento de Despesa: 4441.4203.
- IV. Fonte: 100 – Tesouro do Estado.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de julho de 2014.

Michele Caputo Neto
Secretário de Estado da Saúde

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial**

Anexo I – Resolução SESA nº 494/2014

MUNICÍPIOS HABILITADOS POR MEIO DAS RESOLUÇÕES 469/2014 e 471/2014 e 476/2014.

	PROTOCOLO	CÓD. CREDOR	ENTIDADE	CNPJ	BANCO	AGÊNCIA	CONTA	VALOR TOTAL (R\$)
1	13.230.573-0	10159784	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA IZABEL DO OESTE	08.916.107/0001-96	001	25798	142263	R\$ 600.000,00
2	11.899.398-5	10160739	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULA FREITAS	09.500.961/0001-30	001	2178	417726	R\$ 600.000,00
3	11.952.911-5	10160741	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABATIÁ	10.881.848/0001-20	001	0047-7	117129	R\$ 750.000,00
4	12.045.131-6	10159646	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE Balsa Nova	10.505.599/0001-79	001	47414	66311	R\$ 600.000,00
5	13.203.551-2	10160743	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CLEVELÂNDIA	09.036.819/0001-83	001	8435	184012	R\$ 600.000,00
7	13.161.651-1	10160743	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CLEVELÂNDIA	09.036.819/0001-83	001	8435	184012	R\$ 600.000,00
8	13.216.158-5	10160744	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COLOMBO	09.398.874/0001-13	001	17809	225614	R\$ 750.000,00
9	11.946.817-5	10159562	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ	10.513.064/0001-40	001	12653	200913	R\$ 750.000,00
10	13.231.475-6	10160747	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INÁCIO MARTINS	09.532.702/0001-90	001	47430	71684	R\$ 600.000,00
11	13.230.699-0	10159781	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALGADO FILHO	08.992.808/0001-04	001	6165	542741	R\$ 200.000,00